

## Quem quer cortar madeira na Amazônia? Análise baseada em narrativas sobre a atividade de manejo entre assentados

### Who goes to cut wood on Amazon? Analysis based on narratives about management activity among settlers

### ¿Quién quiere cortar madera en el Amazonas? Análisis basado en narrativas sobre la actividad de gestión entre colonos

Renan Albuquerque\*  
Bader Burihan Sawaia\*\*  
Flávia Roberta Busarello\*\*\*  
Fabrício Vasconcelos\*\*\*\*

**Resumo:** A pesquisa avalia a continuidade da produção de itens florestais entre assentados da reforma agrária na Amazônia, tendo por pressuposto o fato de que existem obstáculos incidentes para essa produção. A população assentada em estudo teve assistência de um projeto de manejo florestal federal. Foi utilizado questionário qualitativo e roteiro de entrevistas semiestruturado. Participaram 37 pessoas. Foi verificado que existem correlações entre entendimento e aceitação do projeto mediante auxílio técnico e acompanhamento a trabalhos e que o afeto e o sentimento do comum são constructos incidentes para a consolidação de crenças e atitudes ambientalmente responsáveis.

**Palavras-Chave:** Manejo de madeira; Produção florestal; Amazônia; Meio ambiente; Ecologia.

---

\* Doutor em Sociedade e Cultura na Amazonia. Professor Associado da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: renanalbuquerque@hotmail.com.

\*\* Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade de São Paulo - PUC-SP. Professora titular da PUC-SP e Docente Permanente do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social E-mail: bsawaia13@gmail.com.

\*\*\* Doutora e Mestre em Psicologia Social pela PUC/SP. Graduada em História e Psicologia pela Universidade Regional de Blumenau (FURB). E-mail: frbusarello@gmail.com

\*\*\*\* Especialista em Didática do Ensino Superior pela Universidade Nilton Lins. Licenciado em Letras Língua e Literatura Francesa pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) E-mail : professorfabriciovasconcelos@hotmail.com.



This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

**Abstract:** The research evaluated the continuity of the production of forest items among agrarian reform settlers in the Amazon, assuming the fact that there are psychosocial obstacles to this production. The population settled in the study received assistance from a federal forest management project. We used a qualitative questionnaire and semi-structured interview script, with 37 people participated. It was found that there are correlations between understanding and acceptance of the project through technical assistance and monitoring of work and that identity and common sense are incident constructs for the consolidation of environmentally responsible beliefs and attitudes.

**Keywords:** Wood handling; Forest production; Psychosocial assessment; Amazon; Environment.

**Resumen:** La investigación evalúa la continuidad de la producción de rubros forestales entre los pobladores de la reforma agraria en la Amazonía, asumiendo que existen obstáculos para esta producción. La población asentada en el estudio recibió asistencia de un proyecto federal de manejo forestal. Se utilizó un cuestionario cualitativo y un guión de entrevista semiestructurado. Participaron 37 personas. Se encontró que existen correlaciones entre la comprensión y la aceptación del proyecto a través de la asistencia técnica y el seguimiento de las obras y que afecto y el sentimiento de concordancia son constructos incidentes en la consolidación de creencias y actitudes ambientalmente responsables.

**Palabras clave:** Manejo de la madera; Producción forestal; Amazonas; Medio ambiente; Ecología.

Recebido em 20/12/2021. Aceito em 19/04/2023.

## INTRODUÇÃO

### A Amazônia, uma questão global

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) divulgou seu mais recente relatório acerca do aquecimento global em novembro de 2021. Foram agrupados estudos atualizados sobre as alterações ambientais globais. Segundo o 6º *Relatório do IPCC*, há necessidade de limitar o aquecimento da Terra em 1,5°C até fim do século. Na tarefa, a Amazônia é o bioma de floresta tropical de maior importância para o planeta. O relatório foi coordenado por mais de 100 cientistas de 52 nações.

O texto, referenciado na 26ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP-26), em Glasgow, Escócia, apresenta cenários pessimistas quanto a impactos do uso da terra por agroindustriais (grandes produtores) com atividades na Amazônia. Desmatamento e emissão de gases de efeito estufa são as preocupações do IPCC. Inquietudes também surgem no âmbito de

conflitos de agroindustriais com agrofamiliares (pequenos produtores), em razão da expansão de latifúndios sem a observância de limites territoriais entre comunidades de assentados. Nessa expansão, por vezes emanam questões relacionadas a perseguições, conflitos armados, desapropriações e invasões ilegais orquestradas por grileiros e posseiros a pequenas propriedades rurais. Concomitante a isso, estão ações de origem antrópica, a gerar mudanças climáticas que afetam a gestão do uso da terra no bioma tropical para plantio e cultivo. O 6º Relatório retoma a discussão sobre o percentual de desmatamento crítico para manter a floresta amazônica sem risco de colapso. Foi referendado que, se esse percentual variar em diferentes áreas do bioma de 25% a 40%, provavelmente se chegará a um ponto de não retorno (*tipping point*), a partir do qual a Amazônia não se sustentará e virará um tipo de savana, afetando por fim o ciclo do carbono e gerando eventos extremos de secas e cheias (IPCC, *op. cit.*). No presente, o percentual acumulado de perda de camada florestal da Amazônia brasileira beira os 20%. Também em debate da COP-26 esteve a situação social das 23 milhões de pessoas que moram no bioma e usam a biodiversidade da região. Entre elas, salientamos a problemática dos assentados.

Em geral, oriundos de recantos geográficos multivariados do Brasil, na maioria, regiões de extrema pobreza, como periferias, áreas de ocupação irregular de terras e favelas urbanas, assentados passaram a integrar fortemente áreas amazônicas após incentivo a projetos de colonização do governo de Fernando Collor (1990-1992). Collor não fez nenhuma desapropriação de terras com intuito de reforma agrária. Mesmo assim, houve considerável fluxo migracional para a Amazônia no início da década de 1990. E em janeiro de 1993, após a retomada de ações de assentamento com a posse de Itamar Franco, o volume migratório aumentou na região e manteve a tendência com Fernando Henrique, Lula da Silva e Dilma Rousseff. Em seguida, reduziu drasticamente no governo de Jair Bolsonaro.

As pessoas que migraram a partir de projetos federais de 1990 a 2016 somaram-se à população rural já existente, que produzia itens florestais madeireiros e não madeireiros. De grande contingente populacional, somados a diferentes grupos integrantes do bioma, assentados passam também a impactar o ambiente. Como consequência da migração mal planejada, houve elevação no índice de retirada da cobertura florestal primária (portanto, madeireira) da região. Nos últimos 12 anos (2008/9-2020/21), 36,4% das derrubadas de madeira na Amazônia foram originadas de áreas de assentamentos. A previsão é que até 2022 (com dados a serem liberados em 2023 pelo Inpe) o montante chegue a 40% em igual comparativo. Mudanças no direcionamento produtivo local, passando do fomento a itens florestais para o desenvolvimento de culturas agrícolas, além do interesse por piscicultura e avicultura, têm sido pouco observadas desde o início dos assentamentos na Amazônia, nos anos 1990 (CESÁRIO, MOURA e OLIVEIRA FILHO, 2006). E para agravar o cenário citamos a falta de ações de fomento e base técnica ao manejo florestal. De tal modo que, em quase três décadas de criação de assentamentos, a extração de riquezas naturais gera incertezas quanto à permanência de grupos na Amazônia nos próximos 20 anos devido a retirada indistinta de recursos naturais.

Na conjuntura regional, assentados são grupos que mais se encontram em situação de dificuldade de adaptação à floresta (BALSADI, 2001; ALBUQUERQUE *et al.*, 2005). A continuar a exploração de fauna e flora em áreas de assentamento, a projeção é de alta de áreas degradadas sem que haja redução de desigualdades socioeconômicas ou inclusão social e bem-estar (DIAS *et al.*, S/D). É um problema que diz respeito a trabalho e renda porque, amiúde, pequenos volumes produzidos de itens madeireiros e não madeireiros conferem a assentados pouquíssima ou nenhuma renda.

No 6º Relatório do IPCC, o qual, como apontamos, foi debatido na COP-26, a questão da produção sustentável é problemática central inerente a assentamentos amazônicos. Todavia, no documento em análise em Glasgow/ESC não foram abordadas particularidades de ordem socioeconômica e política incidentes sobre a produção de subsistência e o comércio de pequeno porte de produtos florestais na Amazônia (SCHNEIDER *et al.*, 2000; VERÍSSIMO *et al.*, 2002; LUCKERT e CAMPBELL, 2002; MEDINA, 2004). Apesar disso, são particularidades estas concorrentes ao não comprometimento com processos sustentáveis de extração ou produção de itens florestais.

Assim, eleva-se o problema do volume produtivo em assentamentos, dada a dificuldade para o manejo de bens agriculturáveis, para a troca de informações sobre produtividade e para venda comercial e cooperada. Ademais, há vieses xenofóbicos e de estereotipia contra assentamentos por parte de grupos agroindustriais estabelecidos historicamente no entorno de lotes de assentados na Amazônia (ALBUQUERQUE, VASCONCELOS e COELHO, 2004). O suposto ocorre porque a agroindústria tende a se relacionar com pequenos produtores a partir de tramas de tensões muitas vezes de cunho preconceituoso (FERRANTE, BARONE e ALMEIDA, 2010). Grandes latifundiários impulsionam situações de conflito engendradas por causa de i) expansões de área irregulares, ii) uso indiscriminado de agrotóxicos e herbicidas, iii) contaminação de recursos naturais do entorno de assentamentos e iv) ações de violência simbólica e patrimonial a populações mais pobres.

No futuro, a persistir esse contexto, no âmbito socioeconômico a escassez de recursos tenderá a ser rigorosa, levando em consideração o empobrecimento faunístico e florístico decorrente não apenas do aquecimento global, mas igualmente do rebaixamento do potencial produtivo de fitoterápicos e nutritícios (DRUMMOND, 2002; CESÁRIO, 2004). Consequências desembocarão em uma possível nova “era de migração”, com mais mudanças geoprodutivas decorrentes da degradação sequencial de ecossistemas. Desse modo, a temática parece se mostrar relevante ao debate, não só das ciências naturais, mas também das humanidades.

Acreditamos relevantes os pontos por serem adjacentes a problemas debatidos na COP-26 e por figurarem como pressupostos que motivaram o estudo. Como hipótese, temos que a conservação da floresta e a produção de riquezas oriundas de recursos naturais podem se associar sem que haja prejuízo a agrofamiliares assentados por projetos do Estado, povos tradicionais (ameríndios, quilombolas, caboclos e ribeirinhos), agroindustriais de médio e grande portes (fazendeiros e produtores rurais) e ecossistemas ambientais (fauna, flora e ciclos de carbono). Para tanto, é preciso levar em consideração, questões psicossociais envolvidas nas ações socioambientais. As questões psicossociais a que nos referimos podem ser entendidas como efeitos práticos de atos socioambientais insustentáveis, realizados por iniciativa pública ou privada, com rebatimentos em níveis de crença, atitude, valor e ideologia, implicados em dimensões de morte, vida, identidade, isolamento e liberdade. Por exemplo, vejamos: a instalação de uma grande usina hidrelétrica (como as UHEs Santo Antônio e Jirau) pode acarretar em degradação de espaços espirituais e de plantio, fome, violência, desagregação familiar, desocupação territorial, e, por fim, migração forçada. Com isso, vemos diferentes níveis e dimensões da existência de amazônidas sendo impactados, a saber: identidade (desagregação familiar e fome), isolamento (desocupação territorial), liberdade (migração forçada), crenças e atitudes (espaços espirituais e de plantio) (RODRIGUES e OLIVEIRA, 2012)

O escopo da análise foi constituído de estudo de caso sobre o manejo sustentável da madeira na Amazônia brasileira, em diálogo com teorias da Psicologia Social e da Antropologia. Foi usado referencial interdisciplinar, partindo de categorias analíticas que consideram a desigualdade

social para além da objetiva situação econômica, pois “a segregação se configura espacialmente onde as relações caminham, no sentido de diminuir formas coletivas de luta pela libertação e cada um e pela igualdade de todos” (SAWAIA, 1995, p. 24).

### **Enfoque teórico: Intencionalidade dos conceitos no estudo**

A partir de levantamentos sobre a aceitação de planos de manejo em áreas rurais amazônicas de assentamentos, supomos que obstáculos para integrações de pessoas a atividades socioambientais são também de ordem psicossocial e perpassam por sentimentos de pertença e coletividade (RODRIGUES, 2006, 2006a). Consideramos que assentados tendem a diluir a consciência de grupo, fragmentando possibilidades de ação coletiva e pendendo rumo a individualismos, tanto pelo baixo índice de proximidade afetiva a populações endógenas amazônicas, quanto pela necessidade de sobrevivência em meio a contingências da vida (ID., *op. cit.*).

Ancoramos a análise em duas categorias da psicologia sócio-histórica, “afeto” e “comum”, sendo o comum o fortalecimento da potência frente a violências sofridas por assentados e o afeto a parte da visão de Spinoza em se notam radares ético-político de sujeitos (SAWAIA, ALBUQUERQUE e BUSARELLO, 2018; SAWAIA e SILVA, 2015). Significa que, com imbricados processos de ocupação e produção florestal em assentamentos na Amazônia, importa menos a quantidade de pessoas trabalhando e a normatização jurídica ante o modo como o processo produtivo ocorre e é significado, juntamente com a efetividade de programas de manejo para comunidades de baixa renda no bioma.

Corroborando com a linha de pensamento, Gehlen (2004) sugere que a lógica econômica na Amazônia tende a não ser mercantil, mas de sobrevivência e associativa à renda por excedente, postulando que “a existência econômica [na Amazônia] se baseia acima de tudo no usufruto imediato dos bens” (ID., *op. cit.*, p. 97). Em outras palavras, assentados possuem necessidade de acesso à terra sem serem considerados “invasores” por agroindustriais para dirimirem duas de suas preocupações mais urgentes, alimentação e vestuário. Com isso, no campo poder-se-ia fortalecer a qualidade de vida, combatendo situações de fragilidade em que assentados muitas vezes se encontram, dada a deficiência no acesso a políticas públicas de agricultura familiar. A afirmativa é posta na medida em que se faz reflexão até mesmo acerca do próprio conceito de “assentado”, o qual outrora parecia estar associado à ideia de “gente estranha” que “não se sabe de onde veio” (MOURA, 2010). Elias e Scotson (2000), porém, procuram desfazer o imbróglio ao destacarem essas denominações como problemáticas, dado vieses xenófobos explícitos, relativos à posição social de apartação, de invisibilidade ante a territorialidade e orientada por estigmas contra populações vulneráveis. Para eles (ID., *op. cit.*), assentados não formam grupo homogêneo e exatamente por isso são complexos de serem compreendidos conceitualmente.

Outra complexidade a ser debatida acerca do conceito de “assentado” é que se trata de população cujo acesso a recursos naturais para consumo e/ou produção não é democrático e muito menos garantido. O Estado brasileiro não assume como condição *sine qua non* a assistência a assentados (KITAMURA, 1994; DRUMMOND, 2002) e por vezes deixa de combater preconceitos de agroindustriais contra essas comunidades. Esses antagonismos, geradores de confrontações, são alimentados por fortes divergências entre produtores hegemônicos de *commodities* (SCHMINK e WOOD, 1992) e plantadores de cultivos familiares. Em contrapartida, de modo positivo e por meio de projetos específicos de manejo florestal e madeireiro, direcionados de maneira concreta e efetiva, e ainda justificados dentro do contexto social de assentados, há mais chances de aumento na tendência de otimização produtiva (MEDINA, 2004). A justificativa parece reforçar

a noção de que o manejo na Amazônia, vinculado a sistemas extrativos de produção, pode ser benéfico à formação de um sentimento de comum, pautado na constatação de que há entre eles, unindo-os, interesses similares.

Problematizamos duas questões as quais, a nosso ver, insinuam-se como interdependentes. Uma é a premissa da conservação da Amazônia, estudada e defendida pelo IPCC. Outra é a precisão pela sobrevivência, no bioma, de populações de assentados. Ora, se para conservar a floresta é preciso manter elevada governança socioambiental e, para que assim se dê, é mister produzir e distribuir riquezas equitativamente, com assistência técnica, então temos uma questão profunda a refletir: até que ponto a conservação da biodiversidade e a produção de riquezas mediante recursos naturais se associam sem que haja prejuízo a assentados? Nessa direção de questionamento objetivamos o estudo.

O levantamento teve viés aplicado. Foi delimitado *case* para avaliação externa. Ponderamos sobre obstáculos psicossociais centrados em afeto e comum para a continuidade de uma ação de manejo da floresta no interior do Estado do Amazonas, Amazônia Ocidental, sob a denominação de Manejo Florestal Comunitário. O trabalho foi executado no Assentamento Agrícola Tarumã Mirim, criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), por meio da Resolução 184/92 de 20/03/1992. A área possui 42.910,76ha e tem capacidade para abrigar até 1,1 mil famílias, com o ideário de produção de alimentos para subsistência e pequeno comércio atacadista direcionado à capital.

As etapas da pesquisa foram: i) descrição histórica do assentamento, bem como das ações do programa de manejo via análise documental e observação participante; ii) delimitação de enfoque teórico sobre afeto e comum; iii) descrição da metodologia; iv) análise e discussão de resultados; e v) considerações finais.

### **Histórico do assentamento: A terra e os assentados**

O Assentamento Agrícola Tarumã Mirim foi homologado por decreto federal em 20/08/1992, no fim do impeachment do ex-presidente Fernando Collor. Nos quatro anos seguintes, até 1996, a área foi sendo habitada e atingiu o volume populacional que tem hoje, após 30 anos. Subdividida em 1.083 lotes com tamanho médio de 25 ha., a região fica na zona rural de Manaus, Amazonas, em área de 42.910,7601 ha., com 110,6 km de perímetro, distante 21 quilômetros da capital. Em cada lote reside um agregado de famílias de assentados (de três a cinco famílias). Pela BR-174, que liga o Brasil à Venezuela, o acesso é difícil, pois o assentamento se conecta por um ramal de barro, transversal à rodovia na altura do quilômetro 21 e com 13 quilômetros adentro. Para trafegar pela BR, há ônibus de linha a cada três horas. Pelo ramal, a condução é por coletivo uma vez por dia (PIMENTEL, 2004; ALBUQUERQUE et al., 2005).

A fase de ocupação e adaptação de assentados ocorreu em meio à convivência com povos originários da etnia Baré, habitantes do Tarumã Mirim desde tempos imemoriais. Os Baré são ocupantes dominiais das cercanias a norte da capital Manaus, o que compreende extensa faixa de terra de quase 100 mil hectares, considerando-se também o que foi homologado pelo governo federal. Sendo residentes hegemônicos da região à época de constituição do assentamento, produziam itens florestais não madeireiros para subsistência desde tempos passados.

Porém, com o povoamento do local por assentados e a assimilação mútua de traços socio-culturais, indígenas conheceram a noção mercantil dos brancos e os brancos tiveram contato com a parentela por afinidade dos povos originários. Os grupos foram se mesclando de modo

controverso, assim como seus sentidos e sua noção de comum (PIMENTEL, 2004; ALBUQUERQUE et al., 2005). Esse movimento de intersecção foi notório por duas facetas, a diminuição do adensamento florestal e a mudança no modo de produção (CESÁRIO, 2004). Menos cobertura de floresta e alterações no sistema de trabalho contribuíram para modificar as relações entre os Baré e os assentados na medida do pertencimento à terra e aos sentidos do coletivo nela instalado (RODRIGUES, 2006a; RODRIGUES 2006b).

Antes da homologação formal do assentamento Tarumã Mirim, desde a redemocratização, em 1988, os Baré já experimentavam contatos com a sociedade do entorno no que diz respeito à produção não madeireira. Indígenas fabricavam itens artesanais e vendiam em regiões adjacentes ou mesmo em Manaus. Supomos que, com a chegada de assentados na região, o processo de incorporação de dinâmicas comerciais se acelerou. Na transição, houve encontros e maturação do afeto entre nativos e migrantes assentados, ocorrendo casamentos interculturais, cruzamentos familiares e sobreposição de cosmovisões. Aspectos comerciais da interação se moldaram concomitante a essas vivências.

Sob ponto de vista legal, áreas de atuação no Tarumã Mirim são pertencentes à União, com jurisdição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O manejo florestal comunitário no Assentamento Agrícola Tarumã Mirim foi criado para atender à legislação florestal brasileira, sendo implementado por Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O objetivo foi apoiar o desenvolvimento e a adoção de sistemas com ênfase na produção sustentável.

O projeto do MMA e Ibama no Assentamento Tarumã Mirim teve recursos orçamentários para que fosse possível o acesso de assentados a técnicas de manejo florestal e conhecimentos de ferramentas de gestão de negócios junto ao comércio manauara. No ensejo de elaborar plano com base no inventário florestal (volume e biomassa) do assentamento, com licença de operação nº 299/99, os recursos requisitados chegaram a R\$ 450 mil, sendo verbas de contrapartida da equipe do projeto de R\$ 112,4 mil em estrutura de laboratório e equipamentos de mensuração.

Desde o início da segunda metade da década de 2010 até início de 2020 pesquisadores da área de engenharia florestal da UEA (Universidade do Estado do Amazonas) e especialistas em antropologia e comunicação da Ufam (Universidade Federal do Amazonas) organizaram ações com membros da associação dos comunitários do Tarumã Mirim e consultores contratados para avaliações *ad hoc* de resultados. As atividades foram divididas em duas etapas básicas:

- i. ministrar cursos de capacitação, com treinamento teórico-prático, voltados para o ensino científico e extensivo de planos de manejo florestal junto aos assentados (cursos organizados ao longo de 30 meses intercalados);
- ii. fazer levantamento de inventário florestal em 100% da área do assentamento, estimada em 225 hectares para a posterior compilação de um plano anual de operação manejada junto à população (mensuração finalizada).

A expectativa era que comunitários tivessem contato com técnicas de manejo e pudessem trabalhar formas sustentáveis de extração madeireira e não madeireira na área. Cursos não teriam por objetivo apontar pessoas capacitadas para atividades de manejo, mas sim suscitar alternativas que pudessem ser acatadas por todos. Foi resguardado o direito livre de aceite ou negação a planos de manejo florestal a toda a comunidade de assentados do Tarumã Mirim (CESÁRIO, 2004).

## MÉTODO

### Hipóteses

O estudo foi guiado pelas hipóteses: i) a aceitação do plano de manejo madeireiro sugerido pelo governo federal tende a ser maior entre assentados homens que desenvolvem trabalhos braçais (corte de árvores com motosserra e queima de lenha para o fabrico do carvão) porque guardam melhor pertencimento entre si; ii) variáveis *tempo de residência* e *escolaridade* são determinantes para a compreensão de planos de manejo, o que corrobora com o aceite das bases de ação; iii) a aceitação do manejo é condicionada a ensinamentos e acompanhamento técnico das ações dos assentados; iv) o sentimento fragmentário de pertença social dificulta entendimento e aceitação de projetos do tipo.

### Participantes

Foram entrevistadas 107 pessoas do Assentamento Agrícola Tarumã Mirim, subdivididas em quatro subconjuntos: i) Agricultores, que têm história de vida relacionada com agricultura familiar ou comércio; ii) Madeireiros e carvoeiros, com história de vida ligada à exploração e produção de carvão ou madeira para uso pessoal ou venda comercial; iii) Piscicultores, que trabalharam ou trabalham na venda de peixes para sustento familiar; e iv) Autônomos, que atuaram ou atuam como diaristas nos mais diversos serviços, trabalhando por jornada.

A partir de população aproximada de 800 famílias produtoras no assentamento, o agrupamento de produtores de itens florestais, no universo dos 107 entrevistados, representou 70% de chefes/as de família participantes. Piscicultores foram 19%. Autônomos/comerciantes ficaram em 10%. O contingente foi escolhido conforme dois critérios principais: a) ser assentado da reforma agrária que originou o núcleo e origem de regiões distantes da comunidade; b) ter participado de atividades técnico/educativas coordenadas pelo projeto de Manejo Florestal Comunitário. Das 107 entrevistas, o critério de tempo de estadia no local ficou assim definido: 64,8% das pessoas participantes são residentes há, no mínimo, oito anos no local; 21,6% são de residentes há, no máximo, quatro anos; e 13,5% são de residentes na faixa intermediária dos cinco a seis anos na comunidade.

A renda média atual considerada foi de R\$ 480,00/mês (moda R\$ 450,00). A projetada, tendo em vista a prospecção realizada via governo federal, na qual todos passariam a trabalhar na exploração sustentável e venda de madeira manejada, era de R\$ 6.000,00/ano (moda R\$ 5.800,00) em valores arredondados e sem considerar a oscilação sazonal do preço de mercado da madeira bruta.

### Instrumentos

Foi utilizado questionário híbrido, subdividido em itens objetivos e subjetivo/descritivos, com 27 questões concordantes entre si, elaborado a partir de Rodrigues (2006a; 2006b) e Catão e Rodrigues (2006), sobre aspectos psicossociais de meio ambiente e autoimagem. As perguntas se destinaram (24 dos 27 itens) às expectativas das pessoas assentadas sobre i) seu futuro e o da sua família, ii) o posicionamento frente a escassez de trabalho e iii) o conhecimento do sentido do assentamento. A meta foi perscrutar modos de vida a partir da produção de madeira manejada.

A coleta de dados foi realizada no segundo semestre do ano de 2018 e do segundo semestre de 2019 até janeiro de 2020, mediante instruções sobre como proceder na abordagem: (i) era



apresentada e explicada à pessoa participante o objetivo da pesquisa; (ii) havia breve conversa sobre assuntos próprios da região (*rapport*) e o programa de manejo florestal/madeireiro do governo federal; (iii) verificava-se se a pessoa podia ser enquadrada na amostra e, em caso positivo, perguntava-se se aceitaria ser entrevistada; iv) após o aceite, era entregue questionário e explicadas item a item as perguntas; v) para facilitar a compreensão nas perguntas tipo *likert*, antes de iniciar a prática das respostas era repetida duas vezes uma questão similar a todas aquelas que participantes teriam de avaliar.

### **Procedimentos de análise**

Foram descritas coocorrências de respostas objetivas acerca do “perfil produtor e comercial” dos moradores do assentamento, as quais suscitaram implicações da população com a questão produtiva dos itens florestais relevantes no Tarumã Mirim. A meta foi buscar sentidos dominantes sobre o projeto via frequência de respostas. Foi utilizada análise de conteúdo para categorizar respostas subjetivo-descritivas e tabular dados (BARDIN, 2002). Foram realizadas distribuições de frequência para correlacionar respostas.

### **Resultados**

A relevância dos itens objetivos do questionário foi, inicialmente, para os tópicos: tipo de produção (TDP), venda do insumo (VDI) e renda de produção (RDP). Quanto à fonte de renda ou sustento dos participantes, 60% deles deram ênfase à produção comercial de bens primários da retirada madeireira — destes, os que trabalham na venda da madeira (insumo) para atravessadores somam 69,6%, sendo 30,4% os que vendem para comerciantes ou consumidores diretos; 11,4% disseram ser a produção de subsistência (dos tipos peixe, frango e cupuaçu) a essencial fonte de sustento; 25,7% destacaram serviços de diarista (do tipo trabalho avulso por jornada) e 2,7% têm como fonte de renda aposentadorias ou pensões federais. Dados indicaram conveniência inicial de comunitários à proposta de MMA e Ibama, conforme seis em cada 10 pessoas, entre cooperadas, associadas e lideranças comunitárias.

Quanto ao histórico familiar de produção, pressuposto de desenvolvimento local e integração (cf. ALMEIDA, 2004), 40% dos respondentes avaliaram que, no passado, seus parentes tiveram mais afinidade em práticas com madeira bruta; 21,6% afirmaram que a família preferia trabalhar com artesanato; 15% apontaram a castanha como produto comercializado; 10% disseram ser o pau-rosa (hoje em risco de extinção na área do assentamento) o preferido há dez anos; 6,6% incluíram a copaíba como fonte de renda familiar de outrora e 6,6% não souberam opinar sobre seu histórico produtivo.

Quanto a auxílios financeiros, 48,6% disseram já ter recebido verbas de custeio do Governo Federal, subdivididas entre os programas Bolsa Escola, Bolsa Família, Bolsa Floresta, Cartão Cidadão e Auxílio Habitação<sup>1</sup>. Outros 51,3% afirmaram nunca ter recebido dinheiro de programas de distribuição de renda. Observando o não recebimento de “auxílio financeiro do Governo” ao aceite do projeto de manejo comunitário, não foram encontradas tendências que associassem as variáveis. De tal modo que não pareceu haver diferenças entre os que recebem auxílio (55,5% *Sim* ante 45,5% *Não*) e os que não recebem (68,4% *Sim* ante 32,6% *Não*) no âmbito das possibilidades de aceite a planos de manejo.

---

<sup>1</sup> Vale destacar que em outubro de 2021 esses auxílios foram unificados. Criou-se o “Auxílio Brasil”, que depois voltou a ser “Bolsa Família” em 2023.

A relação entre meios de transporte utilizados por trabalhadores e locais de venda no varejo/atacado foi destacada conforme o que segue: 21,9% da produção são vendidos dentro do próprio assentamento, enquanto 68,2% têm saída em Manaus. Os 9,7% restantes são destinados a vendas itinerantes, em qualquer local, conforme sazonalidade. Nesse âmbito, foi verificado que 20% do transporte utilizado para levar cargas são feitos em bicicletas (2%), canoas (2%), motos (2%), canoas motorizadas ou rabetas (6%) e outros meios veiculares (8%, jericos, carroças, carrocerias etc.). A premissa de que microprodutores vendem produtos localmente, sobretudo, enquanto pequenos produtores optam por levar de caminhões, caminhonetes (60%) e carros tracionados (20%) para Manaus (68,2%) foi assertiva no levantamento quantitativo.

O volume de produção da propriedade no assentamento é variável associada com o uso de transporte pesado (do tipo caminhonete, caminhão ou veículo tracionado) para levar cargas das áreas dos lotes para pontos de venda. Quanto mais robusta a produção, maior o tipo de transporte. O dado aponta que a lógica de mercado caracteriza uma distinção entre assentados que, não raro, culmina em perspectivas excludentes para quem não tem produção com volumes maiores. As respostas concorrem para a negação da hipótese sugerida, de que trabalhadores homens, braçais, teriam melhor aceitação para o manejo sustentado em razão da resistência física (MOURA, CESÁRIO e OLIVEIRA FILHO, 2006).

Tanto a autoimagem dos rurais do Tarumã Mirim, levando em consideração Rodrigues (2006c), quanto a distinção entre trabalho rural e produção rural, não são claras. O percentual de respondentes que conseguiu distinguir a ação de produzir e manter volumes requeridos pelo mercado da atividade de trabalhar como empregado em plantações ou coletas comunitárias foi de 45,94%, ante 54,05% daqueles que não souberam identificar sua posição frente ao desafio proposto pela União (dona das terras de assentamento), de trato sustentável de madeira. Entretanto, por ter sido levantamento exploratório para a verificação da aceitação do programa em nível psicossocial, cabem estudos futuros e re-testes (ALBUQUERQUE, VASCONCELOS e COELHO, 2004).

Como suporte às descrições sociodemográficas, foram destacadas duas tabelas de produtos que são, segundo participantes (sem subdivisão entre agricultores, madeireiros/carvoeiros, piscicultores e autônomos), “melhores para produzir e vender” no assentamento e fora dele, com e sem a ajuda do Governo Federal. A primeira tabela diz respeito a questionamento não estimulado, no qual foi pedido que destacassem três produtos/insumos geradores de renda na atualidade e que eram bons para serem produzidos sem ajuda técnica. Foram tabuladas 494 respostas a partir de questionários (1,3% invalidadas por abstenção). A segunda tabela é referente a questionamento estimulado e direcionado ao item “madeira”. Foi pedido destaque para no mínimo de um e no máximo nove produtos/insumos geradores de dinheiro e bons para produção, segundo lista fechada de itens madeireiros/florestais (MOURA, CESÁRIO e OLIVEIRA FILHO, 2006). Foram tabuladas 498 respostas (1,9% invalidadas).

**Tabela 1.** Produtos potencialmente geradores de renda para assentados, segundo perspectiva espontânea

	<b>Peixes</b>	<b>Madeira</b>	<b>Verduras/Legumes</b>	<b>Bovinos/Suínos</b>	<b>Carvão</b>
<i>Frequência</i>	96	35	197	35	45
<i>Percentual</i>	19,41%	7,70%	39,80%	6,79%	8,73%
	<b>Aves</b>	<b>Apicultura</b>	<b>Aromas/Extratos</b>	<b>Artesanato</b>	<b>Farinha</b>
<i>Frequência</i>	46	5	15	15	5
<i>Percentual</i>	9,70%	0,97%	2,91%	2,91%	0,97%

Fonte: Os autores

**Tabela 2.** Produtos florestais/madeireiros potencialmente geradores de renda para assentados, segundo perspectiva estimulada

	<b>Pau-Rosa</b>	<b>Sorva</b>	<b>Castanha</b>	<b>Borracha</b>	<b>Andiroba</b>
<i>Frequência</i>	45	5	72	20	25
<i>Percentual</i>	8,97%	1,28%	14,10%	3,84%	5,12%
	<b>Madeira</b>	<b>Balata</b>	<b>Copaíba</b>	<b>Artesanato</b>	<b>Nenhum</b>
<i>Frequência</i>	153	5	51	102	20
<i>Percentual</i>	29,48%	1,28%	10,25%	20,51%	3,84%

Fonte: Os autores

Na tabela 1, produtos hortifrutícolas tiveram preferência, assim como a piscicultura, frente a itens granjeiros e madeireiros, segundo tendência de produção sem auxílio de MMA e Ibama. Comparada à bovinocultura, a prática madeireira ficou em níveis mais baixos de preferência. Na tabela 2, o item madeira teve oscilação grande na correlação com respostas ordenadas na tabela 1, o que indica aceite por conveniência referente à proposta de auxílio do MMA e Ibama. Parece ter ficado nítido que o aceite a planos de manejo é condicionado a auxílio técnico permanente do governo. Sem assistência, a madeira não é o item escolhido prioritariamente por conta de ser um trabalho árduo e cansativo. Implicações das respostas sugerem que a governança para a produção de madeira fortalece laços de sustentabilidade no ambiente e sentidos do comum entre assentados.

Foi observado que a maioria dos participantes de todos os grupos estudados possui percepção positiva acerca da produção hortifrutícola, porém sem descartar a possibilidade da produção madeireira, tendo em expectativa a condição de ser acompanhada por técnicos específicos da área, indicados pelo governo. A hipótese da aceitação condicionada a peculiaridades do acompanhamento institucional pode ser observada em trabalhos de Fearnside (1989), o qual estipulou existir uma medição denominada de “Capacidade de Suporte Humano” (FEARNSIDE, 1986), a qual explora as possibilidades de fracasso da produção de rurais na Amazônia a partir da densidade populacional nas regiões manejadas com suporte de projetos institucionais.

### **Itens sobre sentidos**

O conhecimento acerca da aceitação do programa de manejo comunitário do governo federal, com base nas perguntas subjetivas/descriptivas do questionário e compreendido pela análise de conteúdo, foi dimensionado via duas categorias empíricas: concepções/descrições e significados/sentidos.

Referente à “concepção”, respondentes como entendiam o projeto de MMA e Ibama enquanto proposta de ação inclusiva e de produtiva, por meio do manejo florestal. Quanto a “sentido”, participantes ressaltaram seus níveis subjetivos de percepção acerca da atividade.

**Tabela 3.** Frequências e percentuais da “intenção subjetiva de aceitação do projeto federal”, segundo agricultores (G-Agri), madeireiros/carvoeiros (G-Mad/Carv), piscicultores (G-Pisc) e autônomos (G-Aut), com valores arredondados guardadas proporções da responsividade da moda.

Categorias	G-Agri		G-Mad/Carv		G-Pisc		G-Aut		Total	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Afirmação	63	50	63	50	70	58	30	25	226	45,5
Neutralidade	13	10	31	25	36	29	63	50	143	28,5
Negação	49	40	31	25	17	13	32	25	129	26
<b>Total</b>	125	100	125	100	123	100	125	100	498	100

Fonte: Os autores

Discursos afirmativos sobre entendimento e propensão à aceitação do auxílio de MMA e Ibama giraram em torno de sentenças como:

[...] Vai ajudar a comunidade a preservar a floresta e fazer reflorestamento (G-Agri) ... Vai beneficiar quanto à agroindústria da madeira na região (G-Mad/Carv) ... Ajudará a montar minha marcenaria (G-Pisc) ... Com o conhecimento de exploração (que o projeto trouxe) poderemos desenvolver atividades como plantar ou criar e isso traria uma renda de auto sustento e um bem-estar (G-Aut).

A tendência a um sentimento potente de comum, de coletividade, a partir do bojo dos sentimentos narrados em destaque, mostra-se bastante manifesta. Acreditamos que o sentido de união para o bem do assentamento, e não apenas de uma ou outra família, encaminha-se para fortalecer agrupamentos de assentados. Notamos, decerto, particularidades conceituais que podem ser extraídas das narrativas, como é o caso da neutralidade.

Discursos considerados neutros sobre entendimento e propensão quanto ao aceite do auxílio de MMA e Ibama transpareceram algo de esperança acrítica, ora indiferente, ora conformada ou mesmo reticente (tendo em vista que só se acreditaria no projeto quando resultados aparecessem na prática). Eles foram classificados a partir de sentenças como:

[...] Ele [o Ibama] trouxe orientação àqueles que trabalham com madeira (G-Agri)... Agora outras pessoas têm mais condições de trabalhar (G-Mad/Carv)... Fazer piscicultura é melhor [do que cortar madeira], mas o projeto é bom (G-Pisc)... No meu terreno eu planto, não corto madeira, não, mas o projeto ajuda na conservação (G-Aut).

A neutralidade pareceu, enquanto afeto, elemento protetor contra falsas promessas que possam vir a ser feitas para a dinâmica produtiva. É compreensível que a indiferença e a conformação, e ainda a atitude reticente, estejam inseridas no conjunto de comportamentos psicossociais do comum. Pois desde o governo Sarney, no início da redemocratização, em 1988, que se fala em reforma agrária e compartilhamento de recursos da terra, e somente um naco do que poderia ter melhorado efetivamente ocorreu (PEREIRA, 2015).

Discursos negativos sobre entendimento e propensão à aceitação foram supostos segundo sentenças como:

[...] O projeto vai me ajudar a expandir meu plantio (G-Agri)... Vai ajudar a gente a fazer carvão (G-Mad/Carv)... Sobre o projeto, bem, a floresta deve ser usada

para extrair carvão, não é? (G-Pisc)... Não sei [sobre o projeto], só quero ganhar o suficiente para sustentar a minha família (G-Aut).

Contendas em torno do sentimento de comum aparecem com assertividade nas sentenças, em razão, sobretudo, da ambiguidade denotada para ações coletivas, da dificuldade dos assentados em se enxergarem enquanto comunidade de direitos e ativa, que pode dialogar sobre si mesma, e ainda no que tange à dificuldade de percepção sobre benefícios do projeto de produção madeireira para agrofamiliares.

Respostas subjetivas sobre o nível de entendimento do projeto e a possível aceitação giraram em torno de três esferas: i) afirmação - vinculada à garantia de auxílio técnico por parte da coordenação do projeto; ii) neutralidade - na qual, pessoas assentadas apoiam a iniciativa, mas não querem se inserir nela por entenderem a madeira como extrato difícil de trabalhar e obter renda; e iii) negatividade - vinculada à não aceitação por conta de crenças relacionadas à baixa rentabilidade das atividades de manejo comunitário desenvolvidas.

Agricultores apresentaram frequência de 50% na subcategoria afirmação, ficando os índices de negação e neutralidade em 40% e 10%, respectivamente. Madeireiros e carvoeiros tiveram 50% na subcategoria afirmação e 25% na negação, com igual percentual de respostas na subcategoria neutralidade, 25%. Piscicultores, na afirmação, tiveram 58%, e na neutralidade 29%, além de 13% de respostas enquadradas na subcategoria negação. Autônomos tiveram 25% na afirmação e 25% na neutralidade, com enquadramento de 50% na subcategoria negação.

A hipótese *H1*, de aceitação para pertença social, formada por ações e indicações oriundas do universo trabalhista e produtivo (KOURY, 2001; KOURY, 2002), poderia angular o entendimento e a subjetividade dos assentados do Tarumã Mirim, parecendo ter sido testada pelas respostas do grupo *G-Aut*, de trabalhadores autônomos. Pela análise léxico-semântica (BARDIN, 2000), três em cada quatro conjuntos obtidos de falas sugeriram algum tipo de desconfiança ou descrença sobre princípios do projeto federal na área. A percepção foi acentuada no decorrer da avaliação desse grupo. Sobre as respostas de *G-Agri*, *G-Mad/Carv* e *G-Pisc* não ficaram manifestos ou latentes esses conteúdos.

**Tabela 4.** Frequências e percentuais de “concepções/descrições sobre o projeto federal”, segundo agricultores (*G-Agri*), madeireiros/carvoeiros (*G-Mad/Carv*), piscicultores (*G-Pisc*) e autônomos (*G-Aut*), com valores arredondados guardadas proporções da responsividade da moda.

Categorias	G-Agri		G-Mad/Carv		G-Pisc		G-Aut		Total	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Coletivista	74	60	84	68	88	72	92	75	338	68,2
Orgânica	49	40	40	32	36	28	31	25	156	31,8
<b>Total</b>	123	100	124	100	124	100	123	100	494	100

Fonte: Os autores

Discursos acerca da concepção do projeto federal foram assim supostos:

[...] Ajuda a trabalhar de maneira organizada para evitar danos maiores usando os recursos naturais (G-Agri)... Com o manejo sustentável e a exploração da madeira nos beneficiaríamos da floresta (G-Mad/Carv)... O projeto ajuda a fazer o aproveitamento da madeira derrubada (G-Pisc)... O projeto nos ajuda a aproveitar todas as formas de especiarias que a floresta nos oferece sem prejudicar o meio ambiente e sem agredir a natureza (G-Aut).

Narrativas individuais acerca da concepção do projeto foram supostas segundo sentenças como: “[...] Ajuda com que eu me beneficie da floresta (G-Agri)... Ensina eu a derrubar e aproveitar para plantar (G-Mad/Carv)... Ensina a aumentar meu terreno (G-Pisc)... ajuda na criação de peixe e frango (G-Aut)”.

Conceitos de afeto e comum puderam ser observados em torno da indissociável ligação do que seria a “ação técnica para produzir em escala individual ou coletiva” com ajuda do governo e a “ação técnica de comercializar a produção em escala individual ou coletiva” com auxílio do mesmo programa. Resultados da observação em tela apontam para dois tipos de concepção acerca do programa, sendo associados às esferas i) orgânica (individualista, em que respondentes conceituaram o projeto como ação focada para ajudar a poucos) e ii) coletivista (de viés social, em que conceituaram o projeto como ação para ajudar a comunidade como um todo).

Dados especificaram convergências de concepções entre os quatro grupos estudados. Agricultores apresentaram frequência baixa na subcategoria coletivista 60%, seguida da subcategoria orgânica, com 40%. Madeiros e carvoeiros tiveram maior frequência, respectivamente, na subcategoria coletivista, 68%, e na orgânica 32%. Piscicultores, na coletivista, tiveram 71%, e na orgânica 28%. Autônomos tiveram 75% na coletivista e 25% na orgânica. Nos quatro grupos, a subcategoria realçada foi a coletivista (M = 68,2% ante M = 31,8% da orgânica). Importante destacar que autônomos não foram identificados com nenhum grupo de produção (piscicultores, madeiros, carvoeiros, hortifrutigranjeiros) contatado pelo projeto. Em geral, são pessoas que já experimentaram variadas atividades produtivas sem sucesso, estimuladas por projetos coletivos ou particulares, o que as deixa céticas quanto a iniciativas governamentais.

Percentuais sugerem que tempo de residência e escolaridade (H1, tópico da aceitação) não se mostram como variáveis determinantes, na população, para a compreensão do plano de ação, o que corrobora com sugestão de Rodrigues (2006a) sobre a existência de ao menos quatro fatores de formação das percepções em comunidades rurais amazônicas.

## Discussão

O sentimento de comum está vinculado às vivências e cosmovisão de um povo, como também é vínculo entre os corpos que o compõe (BUSARELLO, 2022). Ou seja, o afeto aqui destacado é o sentimento de comum que vincula os assentados a territórios, simbolismos e entre si. É este afeto que possibilita trabalhar um coletivo e não só um conjunto de corpos individualizados, considerando que o primeiro possui mais força que o segundo, conforme explica Spinoza (2014), ao mesmo tempo que é a lente do comum que observa a existência dos vínculos de pertença entre assentados.

Diante do exposto, observar emoções que formam a trama afetiva de sujeitos é humanizá-los e aterrjá-los a seus ambientes, pois corpo/mente são biográficos e carregam marcas que formam nossa história. Desse modo, o afeto é histórico e biográfico dos sujeitos; o comum é categoria central para pensar a comunidade. A afetividade supera a oposição entre objetividade e subjetividade (SAWAIA, 2001). Por ambas as categorias, é possível observar a subjetividade de forma ético-política e em movimento, mantendo postura humana com os assentados e vendo-os como potência em ato.

Tatián (2001) afirma que o comum não é a potência, mas o que enreda potências em uma totalidade maior. Com isso, analisar e promover o comum entre assentados é tratar de potências coletivas para perseverar na existência frente à desigualdade social, vinculando-os à terra e

marcando suas histórias em seus corpos/mentes. A afetividade, neste caso, vincula assentados e ambiente, subjetividade e objetividade, história e comunidade. O assentamento e o manejo na grande área do Tarumã Mirim são analisados a partir dessa lente teórica.

Associando dados da ação do projeto federal no Assentamento Agrícola Tarumã Mirim ao suposto da análise de obstáculos psicossociais centrada em afeto e sentimento do comum, temos que a atividade de manejo florestal da madeira e o conseqüente fomento a técnicas de reflorestamento, corte de madeira, beneficiamento e conservação de recursos foram importantes para pensarmos o pertencimento ao assentamento. Uma variável interveniente para a afirmação partiu das trocas de experiências e saberes notificadas, sobretudo em se tratando de ação pioneira em uma região que ficou mais de 10 anos sem auxílio básico — o que gerou enormes problemas, a começar por questões centrais, como saúde e educação, passando pela escassez crônica de investimentos no fornecimento de energia elétrica, a qual só se melhorou em 2006.

A pesquisa indica que, em termos gerais, a floresta não é um bem comum e o trabalho com madeira se configura como penoso e cansativo. No entanto, a partir da ação de governança do projeto federal, com apoio técnico, notava-se maior assimilação de sentidos que enlaçam temas como afeto e comum. Antes se tratavam de populações vindas de diversos espaços e que não possuíam ligação entre si ou com o território, principalmente aquelas pessoas de origem não amazônica. Após a atuação do programa, a relação com o local e entre a população se transformou.

Nossa afirmativa sugere que não defendemos sentimentos cristalizados entre assentados em relação ao manejo da madeira, pois conforme Sawaia a própria ideia de sentimento é engendrada em aspectos mutáveis e complexos da identidade.

[...] E a identidade é conceito político ligado ao processo de inserção social em sociedades complexas, hierarquizadas e excludentes, bem como ao processo de inserção social nas relações internacionais. O clamor pela identidade, quer para negá-la, reforçá-la ou construí-la, é parte do confronto de poder na dialética da inclusão/exclusão e sua construção ocorre pela negação dos direitos e pela afirmação de privilégios (SAWAIA, 2001, p. 124).

A identidade é importante para que pessoas ocupem lugar nos debates sobre política pública e se tornem sujeitos políticos. A identidade com o outro e o meio, após o processo de manejo, passa a se revelar em razão do fortalecimento do sentimento do comum (SAWAIA, 1995, 1999, 2001) e do enfretamento diante da desigualdade. Suscitamos, assim, que a força do comum é potencializadora de resistências a violências no campo, de antíteses a investidas do Estado relacionadas a isolamento forçado e falta de governança e suporte técnico, característicos da dialética exclusão/inclusão social (SAWAIA, 2001).

En resumen, hace falta recuperar un concepto de lo común que incluya los aspectos naturales, antropológicos, culturales y políticos que vertebran buena parte de la tradición occidental y de otras, adaptados al presente. Entre otros motivos porque la pertenencia a un solo planeta a todos los efectos encierra mucho más que un solo mundo de los negocios o la inmediatez tecnológica en el espacio y el tiempo, mientras que los miedos crecientes (espontáneos o azuzados por los diversos poderes) van instaurando la desmovilización social, el populismo, la mentalidad del *sálvese quien pueda* o en el mejor caso una derrotada resignación (ESPINOSA, 2013, p. 186).

O comum favorece a “bons encontros potencializadores” e à conquista de espaços de vivência compartilhada no assentamento. Ou seja, é o sentimento de comum que faz florescer a ação do programa de manejo de madeira, pois é esse enlace afetivo que cria vínculos comunitários entre os corpos (tanto dos sujeitos como do território). “O comum, portanto, é ideia política, princípio político no sentido de ordenar, comandar e reger toda a atividade política, que se contrapõe ao individualismo triunfante da pós-modernidade” (SAWAIA, 2018, p. 35).

Se duas pessoas se põem de acordo e unem suas forças, mais elas podem juntas e, conseqüentemente, mais direito têm do que cada uma delas tinha por si só na natureza, e quanto mais numerosos forem os homens que tiverem posto suas forças em comum, mais direito também terão eles todos em conjuntos (SPINOZA, 2013, Capítulo II, §13).

Populações vindas de diferentes partes do Brasil, com diferentes histórias de vida, por exemplo, com história familiar de desmatamento e dedicação a atividades diferenciadas, começam a encontrar pontos de interesse, formando assim uma coletividade forte. Pessoas presas à busca imediata da sobrevivência tendem a não sentir que a floresta é um bem. Pelo contrário, dizem que precisam defender a própria atividade e temem a mudança, pois o medo da fome é muito maior que o medo das mudanças climáticas. A desigualdade social é uma questão histórica e reconhecida nesses corpos memoriosos.

Porém, partindo de uma visão spinozista que não separa corpo e mente, razão e emoção, bem como supõe o afeto como definidor da qualidade ética da vida (SPINOZA, 2013), entendemos que maus encontros vividos historicamente por assentados tendem a lançá-los em condições de sofrimento ético-político, fruto da dialética inclusão/exclusão social e da desigualdade social. “O sofrimento dos que vivem a inclusão perversa revela o processo de exclusão, afetando o corpo e a alma, com muito sofrimento, sendo o maior deles o descrédito social, que os atormenta mais que a fome [...]” (SAWAIA, 1999, p. 115).

Ou seja, o sofrimento ético-político e a dialética inclusão/exclusão social são formas de violência social vivenciadas pelos assentados no território. São também essas interposições que marcam seu corpo e sua mente, pois:

[...] a vivência é uma unidade na qual, por um lado, de modo indivisível, o meio, aquilo que se vivencia está representado a vivência sempre se liga àquilo que está localizado fora da pessoa – e, por outro lado, está representado como eu vivencio isso, ou seja, todas as particularidades da personalidade e todas as particularidades do meio são apresentadas na vivência, tanto aquilo que é retirado do meio, todos os elementos que possuem relação com dada personalidade, como aquilo que é retirado da personalidade, todos os traços de seu caráter, traços constitutivos que possuem relação com dado acontecimento (VIGOTSKI, 2010, p. 686).

Essas vivências ocasionam a diminuição do *conatus* e, por conseguinte, afetam sujeitos que dependem do meio ambiente para sobreviver. Outrossim, ao atacar o bioma e o território, também afetam os assentados, pois para comunidades minoritárias esse espaço faz parte de si, os compõe. Aí se encontra a grande perversidade da violência, que não afeta somente o físico dos povos, mas seguindo a proposição spinozana, seu corpo/mente — o meio ambiente e seu território. É uma violência contra o corpo individual, mas também coletivo. Neste caso é uma violência tanto com o meio ambiente como com os assentados. Salientamos que violência é compreendida como:



[...] fenômeno em ato, desencadeada pelas afecções produzidas nas relações de servidão. A violência ocorre quando os homens sentem que sua potência está diminuída e buscam, imaginariamente, aumentá-la e, caso julguem que a causa de seus problemas é o outro, são facilmente dominados pelo ódio e pelo ressentimento, juntamente com ideias de vingança (SAWAIA, 2004, p. 34).

Além disso, apesar de se tratar de cenário avesso à implantação de programas de sustentabilidade estatais, a dinâmica da variável independente (ação do projeto) ante a variável dependente (mudança de atitude frente ao tratamento com a madeira e aceitação do projeto no assentamento), especificada em *H1*, foi percebida como positiva, segundo interpretações não paramétricas supostas por Cosby (2003). A correlação nos ajuda a insinuar a manutenção de intercessões entre a mudança de atitudes dos quatro grupos pesquisados (agricultores, carvoeiros e madeireiros, piscicultores e autônomos) frente à execução da atividade em uma escala de dois anos de recorte (24 meses).

A interjeição de positividade com o projeto, todavia, não pode ser compreendida como objetivo fim. Ela é um meio de apontar novos trabalhos de avaliação acerca das contingências técnicas e de desenvolvimento dos assentados no tocante ao manejo comunitário madeireiro, e também uma forma de proporcionar outros encontros, possibilitando a potencialização desses sujeitos frente as violências vividas no e com o território. O trabalho com grupos de assentados também.

[...] supone otra manera de educar y el compromiso de tejer redes de apoyo (local y global) que faciliten un proceso de integración en/por lo común hoy apenas iniciado, amén de recuperar los vínculos que nos humanizan y establecer nuevas relaciones ecológico-parentales, económicas y políticas (ESPINOSA, 2013, p. 190).

O projeto almejou incentivar outras formas de vivência com o que estava externo e fomentar novos encontros com o entorno e os grupos, supondo afetos positivos no assentamento. Foi meta demonstrar a importância de considerar o bioma como espaço dominial para os povos, visto a ligação e a forma de se relacionar com os ecossistemas. Resultados gerais apontaram que apenas um grupo minoritário (*G-Aut*) não logrou convergência de percepções com outros três maiores conjuntos populacionais, acerca das intenções de ação, o que pode ser justificado pela situação de desigualdade entre grupos no contexto do fomento a políticas públicas.

As respostas do *G-Aut* sugerem que existe integração intergrupar na assimilação de ações voltadas ao ambiente rural, mas contingências do presente são assimétricas. Aqui reside a importância da Psicologia Social, da Antropologia e da Comunicação (áreas de Humanas constantes como avaliativas neste estudo) para o enfrentamento dessas violências. Temos que agir tanto nas condições sociais, quanto na forma como elas afetam as pessoas e se inscreveram em seus corpos e mentes, o que significa atuar em sistemas constitutivos (SAWAIA, 2001). Deste modo, ao criar novas medições para avaliar a intenção de produção sustentável, com o uso da floresta, temos forte indicativo de que o caso estudado se fortaleceu ao identificar formas de potencialização e enfretamento à desigualdade social, pois “[...] emoção, linguagem e pensamento são mediações que levam à ação, portanto somos as atividades que desenvolvemos [...] e somos afetividade que ama e odeia este mundo, e com esta bagagem nos identificamos e somos identificados por aqueles que os cercam (LANE, 2006, p. 62).

Cabe também a ressalva de que, diante da relevância dos rurais na Amazônia, seria preciso que houvesse mais ações sociais e socioambientais para abarcar grupos alternativos, do tipo dos *G-Aut*, os quais não se enquadram em políticas oferecidas pelo governo. E não por serem menos ou mais merecedores de atenção especializada, mas por guardarem anseios que, quiçá, não vêm sendo supridos ainda que por atividades programadas de forma planejada, tal qual o projeto estudado.

Diante do exposto, perguntas são inevitáveis: como institucionalizar práticas de construção de comum? Como ampliar ações interdisciplinares nesses programas? Como fortalecer mais espaços de potência para os assentados? São questões importantes. Todavia, “no tenemos soluciones, solo la certidumbre de que es imprescindible una acción ciudadana pacífica, firme y paciente en la defensa de lo común para establecer el rumbo en una civilización hoy a la deriva” (ESPINOSA, 2013, p. 192).

### Considerações finais

Concluímos que a compreensão dos resultados de um dos projetos de manejo de recursos naturais da Amazônia brasileira, em execução na Amazônia Central até antes da pandemia, mostra que existe relação entre entendimento e aceitação de atividades de manejo conforme há maior consistência e continuidade na taxa de auxílio técnico e acompanhamento de trabalhos. Porém, a dificuldade de se fazer valer ações produtivas entre rurais é vigente, tanto pelas distâncias quanto pela escassez de recursos - e ainda quanto a sofrimentos, violências, abandono e isolamento gestados ao longo da existência dos assentados, os quais geram descrédito e desconfiança em relação a ações do Estado.

A ação não deveria ter focado unicamente do trato sustentável da madeira, mas possibilitado integrações a atividades agrofamiliares, tais como piscicultura, hortifruticultura e granjeira. Por isso, apontamos como sugestão: i) acompanhamento técnico mais presente nas áreas de atividade, voltado a processos de comercialização e não apenas à produção dos itens; ii) melhores aportes financeiros na área da infraestrutura do manejo, tendo em vista agilizar, por exemplo, processos comunicacionais intergrupos entre participantes, ajudando nas orientações teórico-práticas a assentados; iii) revisões periódicas (psicossociais) sobre intenções de manejo madeireiro de assentados participantes, e não apenas no final das ações, possibilitando aglutinar grupos homogêneos de produtores com mesmo fim; iv) implantação de políticas de crédito a serem desenvolvidas a juros zero, tendo em vista que produtores possam ter incentivo a montar agrupamentos comerciais em razão da cultura madeireira; e v) acompanhamento de profissionais interdisciplinares junto a grupos de assentados, considerando ações de incentivo a sentimento de pertença e comunalidade entre atendidos do programa.

Por fim, interessa destacar que, com a COP-26, em Glasgow/Escócia, a importância do manejo sustentável de madeira na Amazônia está em evidência. Reduzir o desmatamento, e consequentemente emissões de CO<sub>2</sub>, é tema global para a mitigação do aquecimento e possui enlace direto com as ações da psicologia social e comunitária. Destacamos que não há como refletir sobre questões do meio ambiente sem intercalar com o sentimento de comum. Apesar disso, o Estado brasileiro continua sem dar a devida importância ao tema, principalmente na atualidade, em tempos de negacionismo e *fake news*.

## Referências

- ALBUQUERQUE, F. J. de, VASCONCELOS, T. C. & Coelho, Jorge Artur. Análise psicossocial do assentamento e seu entorno. **Psicol. Reflex. Crít.**, vol. 17, no. 2, p. 233-242. ISSN 0102-7972. 2004.
- ALBUQUERQUE, F. J. B. de, COELHO, J. A. P. M., NÓBREGA, A. F. da *et al.* Integração entre assentados agrários e comunidades vizinhas. **Psicol. Estud.**, set./dez. 2005, vol.10, no.3, p.499-506. ISSN 1413-7372. 2005.
- ALMEIDA, M. W. B. de. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 19, n. 55, 2004. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092004000200003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092004000200003&lng=pt&nrm=iso). Acessos em 26 Out 2021. DOI: 10.1590/S0102-69092004000200003. 2004.
- BALSADI, O. V. Mudanças no Meio Rural e Desafios para o Desenvolvimento Sustentável. **São Paulo Perspec.**, jan./mar. 2001, vol.15, nº.1, p.155-165. ISSN 0102-8839. 2001.
- BUSARELLO, F. R. **A luta das indígenas pelo direito à cidade: uma análise centrada nos afetos**. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.
- CATÃO, M. F. F. M.; RODRIGUES, R. A. Estudo das Crenças Acerca do Pensamento Mítico na Amazônia: Os Rurais Ribeirinhos e Suas Interpretações Coletivas. In: XV Conic (Congresso de Iniciação Científica) da Ufam, 2006, Manaus. **Anais do XV Congresso de Iniciação Científica da Universidade Federal do Amazonas** (Ufam). Manaus: Edua (Editora da Universidade Federal do Amazonas), v. 15º. p. 268-268. 2006.
- CESÁRIO, J. M. A. G. **Prospecção em uso de fitoterápico, fitocosméticos e nutracêuticos**. Dissertação de mestrado. EST/UEA. 2004.
- COSBY, P. C. **Métodos de pesquisa em ciências do comportamento**. São Paulo: Atlas. 2003.
- DIAS, A. S., CAMPOS, J. J., SOTO, R. V. *et al.* Manejo Florestal Diversificado em una Comunidad Ribereña de la Amazonía Brasileña: Consideraciones Sociales y Silviculturales. **Revista Forestal Centroamericana**. Disponível em: [http://www.iieb.org.br/arquivos/artigo\\_manejo\\_florestal\\_diversificado](http://www.iieb.org.br/arquivos/artigo_manejo_florestal_diversificado). Acessos em: 21 de jun de 2018. (S/D).
- DRUMMOND, J. A. Natureza Rica, Povos pobres? - Questões Conceituais e Analíticas Sobre o Papel dos Recursos Naturais na Prosperidade Contemporânea. **Ambient. Soc.**, jan./jun., nº.10, p.45-68. ISSN 1414-753X. 2002.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- ESPINOSA, L. Por una eco-antropología de lo común. **Dilemata**, año 5, nº 12, p. 171-197. ISSN 1989-7022. 2013.
- FEARNSIDE, P. M. Migração, colonização e meio ambiente: o potencial dos ecossistemas amazônicos. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, 1993. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X1993000400005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1993000400005&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 01, Nov, 2021. DOI: 10.1590/S0102-311X1993000400005. 1986.
- FEARNSIDE, P. M. Manejo florestal na Amazônia: Necessidade de novos critérios na avaliação de opções de desenvolvimento. **Pará Desenvolvimento**, 25: 49-59. 1989.
- FEARNSIDE, P. M. **A Floresta Amazônica nas Mudanças Globais**. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, Manaus, AM. 134 p. ISBN 8521100191. 2003.

- FEARNSIDE, P. M. Amazônia, Grande Desafio a Ser Enfrentado. **Visão Agrícola** 2(4): 14-17. 2005.
- FEARNSIDE, P. M. A vazante na Amazônia e o aquecimento global. **Ciência Hoje**. 231, outubro, 2006.
- FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A.; ALMEIDA, L. M. DE M. C. Controvérsias do desenvolvimento dos assentamentos rurais em São Paulo: produção para os biocombustíveis e as alternativas de programas municipais. **Interações** (Campo Grande), v. 11, n. **Interações** (Campo Grande), 2010 11(1), p. 9-21, jan. 2010.
- GEHLEN, I. Políticas Públicas e Desenvolvimento Social Rural. **São Paulo Perspec.**, abr./jun., vol.18, nº.2, p.95-103. ISSN 0102-8839. 2004.
- GODELIER, M. **L'Idéal et le matériel**. Paris: Fayard. 348 p. 1984.
- IPCC. **IPCC Working Group I full report**. IPCC Media Advisory. 2013.
- IPCC. WGII AR5: **Climate Change 2014: Impacts, Adaptation, and Vulnerability: Summary for Policymakers**. 2014.
- IPCC. Special Report on Climate Change, Desertification, Land Degradation, Sustainable Land Management, Food Security, and Greenhouse gas fluxes in Terrestrial Ecosystems. **Summary for Policymakers**. Acessos em 09 de set 2021. [https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2019/08/Edited-SPM\\_Approved\\_Microsite\\_FINAL.pdf](https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2019/08/Edited-SPM_Approved_Microsite_FINAL.pdf). 2014a.
- KITAMURA, P. C. **A Amazônia e o Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, Embrapa. 1994.
- KOURY, M. G. Enraizamento, Pertença e Ação Cultural. **Cronos** 2(1):131-37. 2001.
- KOURY, M. G. Confiança e Sociabilidade. Uma análise aproximativa da relação entre medo e pertença. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**. Um estudo do Brasil urbano sob a ótica do luto. Petrópolis: Vozes. 2002.
- LANE, S. L. M.; SAWAIA, B. B. (orgs). **Novas veredas da psicologia social**, São Paulo: Brasiliense, Educ. 2006.
- LUCKERT, M. K.; CAMPBELL, B. M. Expanding Our Conceptual and Methodological Understanding of the Role of Trees and Forests in Rural Livelihoods. In: Campbell, B.M. e Luckert, M.K. (ed.). **Undercovering the Hidden Harvest: Valuation Methods for Woodland and Forest Resources** (People and plants conservation manuals). London: Earthscan Publications Ltd. p. 228-238. 2002.
- MEDINA, G. Ocupação Cabocla e Extrativismo Madeireiro no Alto Capim: Uma Estratégia de Reprodução Camponesa. **Acta Amaz.**, vol.34, no.2, p.309-318. ISSN 0044-5967. 2004.
- MORAN, E.; MCCRACKEN, S. O ciclo de desenvolvimento de grupos domésticos e o desflorestamento da Amazônia. **Ambient. Soc.**, Campinas, São Paulo, v. 7, n. 2. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-53X2004000200003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-53X2004000200003&lng=pt&nrm=iso). Acessos em 26 Out 2021. DOI: 10.1590/S1414-753X20040002 00003. 2004.
- MOURA, J. B. de, CESÁRIO, J. M. A. G.; OLIVEIRA FILHO, R. F. de. **Manejo Florestal Comunitário no Assentamento Agrícola Tarumã Mirim/AM**. Fundação de Apoio Institucional Muraki, EST/UEA, Plano de Ação. Manaus/Amazonas, 2004 (revisado, 2006).
- MOURA, R. A. de. **“Imagem de nós”: relações de estabelecidos e outsiders entre população urbana e assentados de reforma agrária do sul do Espírito Santo**. 2010. 103 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG, 2010.

PEREIRA, J. M. M. Estado e mercado na reforma agrária brasileira (1988-2002). **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), v. 28, n. 56, p. 385-404, jul. 2015.

PIMENTEL, N. Arranjos Produtivos Locais – Aplicação no Estado do Amazonas. **Rev. T&C Amazônia**, ano 2, nº 4, abril/2004.

RODRIGUES, R. A.; OLIVEIRA, J. A. Impactos sociais da desterritorialização na Amazônia brasileira: o caso da hidrelétrica de Balbina (Social impacts of resettlement in the Brazilian Amazon: the case of the Balbina hydroelectric dam). **Emancipação** (Online) (Ponta Grossa), v. 12, p. 35-53, 2012.

RODRIGUES, R. A. Representações Sociais por Comunidades Rurais Amazônicas do Conceito de Ambientalismo ou Preservação Ambiental. **Somanlu - Revista de Estudos Amazônicos**, Ufam, v. 1, nº. jan/jun, p. 81-93. 2006a.

RODRIGUES, R. A. Estudo Descritivo do Tema Ambientalismo Segundo Quem Produz a Notícia: Percentuais Comparativos Intergrupos. **Revista Intercom Norte 2006**, V Simpósio de Ciências da Comunicação na Região Norte, Manaus/Amazonas. 2006b.

RODRIGUES, R. A. Representações da Auto-Imagem Sociotrabalhista por Comunidades Rurais Ribeirinhas de Manaus. In: 1º Simpósio da SBPC no Amazonas: Desafios e Perspectivas da Realidade Amazônica, 2006, Manaus. **Anais do I Simpósio da SBPC Amazonas**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, v. 1. p. 108-109. 2006c.

SAWAIA, B. B., ALBUQUERQUE, R., BUSARELLO, F. R. (Orgs.). **Afeto & comum: reflexões sobre a práxis psicossocial**. Alexa Cultural: São Paulo, 2018.

SAWAIA, B. B. Psicologia Sócio-Histórica: Interdisciplinaridade e transformação social – uma relação teórica com Vigotski sem fidelidade opressiva. IN: MARTIN, Sueli T. F. (orgs). **Psicologia sócio-histórica e contexto brasileiro**. Goiânia: Ed. Da PUC Goiás. 2015.

SAWAIA, B. B. e SILVA, D. N. Pelo reencantamento da psicologia: em busca da positividade epistemológica da imaginação e da emoção no desenvolvimento humano. **Cadernos Cedex**. Campinas/SP, v. 35, n. especial, p. 343-360, 2015.

SAWAIA, B. B. Uma análise social da violência pela filosofia da alegria: paradoxo, alienação ou otimismo ontológico crítico. In: Souza, L., Trindade Z. **Violência e exclusão: convivendo com paradoxos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

SAWAIA, B. B. (Org). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 2 ed. Petrópolis: Vozes. 2001.

SAWAIA, B. B. Comunidade como ética e estética da existência: uma reflexão mediada pelo conceito de identidade. **Psyque**, vol. 8, n. 1, p. 19-25. 1999.

SAWAIA, B. B. O calor do lugar: segregação urbana e identidade. **São Paulo em Perspectiva**, vol. 9, n. 2. 1995.

SCHINEIDER, R. et al. **Amazônia Sustentável: Limitantes e Oportunidades para o Desenvolvimento Rural**. Brasília: Banco Mundial; Belém: Imazon. 58p. 2000.

SPINOZA, B. **Ética**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2013.

SPINOZA, B. **Obra Completa I: (Breve) tratado e outros escritos**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

TATIÁN, D. **La cautela del salvaje: pasiones y política en Spinoza**. Buenos Aires: Adriana Hidalgo Editora, 2001.

VERÍSSIMO, et al. Impactos da Atividade Madeireira e Perspectivas Para o Manejo Sustentável da Floresta Numa Velha Fronteira da Amazônia: O Caso de Paragominas. *In*: Barros, Ana C. e Veríssimo, Adalberto (Eds.). **A Expansão da Atividade Madeireira na Amazônia**: Impactos e Perspectivas para o Desenvolvimento do Setor Florestal no Pará. Belém: Imazon. p. 47-73. 1996.

VIGOTSKI, L. Quarta aula: A questão do meio na pedologia. [tradução Márcia Pileggi Vinha]. **Psicologia USP**, São Paulo, 2010, 21 (4), 681-701.

ZANELLA, F. C.; PICCIN, M. B. Assentamentos rurais e relações de interdependência: ambiguidades no reconhecimento dos assentados na região estancieira do Rio Grande do Sul. **Interações** (Campo Grande), v. 20, n. 4, p. 1165-1178, out. 2019.